

## **1 Contexto operacional**

A Empreendimentos Pague Menos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, sediada em Fortaleza, Estado do Ceará, e tem como atividade principal o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e como atividade secundária o recebimento de contas como correspondente bancário.

A Empreendimentos Pague Menos S.A. obteve seu registro de Companhia aberta, na categoria “A”, junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 21 de outubro de 2011.

## **2 Base de preparação**

### ***a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)***

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e por normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados por resoluções do CFC e por normas da CVM, estão convergentes às Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2012.

### ***b. Base de mensuração***

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de alguns ativos e passivos não circulantes e instrumentos financeiros.

As demonstrações financeiras foram preparadas baseadas nas mesmas políticas e métodos contábeis quando comparadas com as mais recentes demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2010.

### ***c. Moeda funcional e moeda de apresentação***

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### ***d. Uso de estimativas e julgamentos***

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 12 - Classificação de propriedade para investimento;
- Nota 17 - Contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil;
- Nota 17 - Classificação de arrendamento mercantil.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 10 - Utilização de prejuízos fiscais;
- Nota 20 - Provisões e contingências;
- Nota 27 - Mensuração de instrumentos financeiros.

### **3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

#### ***a. Moeda estrangeira***

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### ***b. Instrumentos financeiros***

##### ***i) Ativos financeiros não derivativos***

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

##### **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

##### **Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu

reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

### **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

As arrecadações de recursos de terceiros correspondem aos valores recebidos no exercício da atividade de correspondente bancário, em média nos dois últimos dias de cada mês, e são repassados aos agentes no primeiro dia útil do mês subsequente. Não são classificados como caixa e equivalentes de caixa por não pertencerem à Companhia.

#### *ii) Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário (conta garantida), fornecedores, arrendamento mercantil, partes relacionadas e outras contas a pagar.

#### *iii) Capital social*

Ações ordinárias com valor nominal são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo, podendo ser distribuídos como juros sobre capital próprio.

#### *iv) Instrumentos financeiros derivativos*

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações são reconhecidas imediatamente no resultado.

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Companhia e contraparte quando apropriado.

**c. Contas a receber de clientes e outros créditos**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, não ajustado ao valor presente pelo julgamento da Administração não considerar aplicável e incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Não há provisão para redução ao valor recuperável dos recebíveis por não haver histórico de perdas e a Administração não esperar que qualquer um dos montantes atualmente em circulação seja incobrável.

**d. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado pelo critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição do bem. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

**e. Propriedade para investimento**

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na comercialização ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo.

O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. Os custos das propriedades para investimentos construídas pelo proprietário incluem os custos de material e mão-de-obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

**f. Imobilizado**

*i) Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que essas sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2008 ou data posterior.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

A Companhia optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) considerados quando da adoção inicial às IFRS e às normas do CPC em 1º de janeiro de 2008. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Embora a adoção do valor justo como custo atribuído tenha consequente aumento na despesa de depreciação nos exercícios futuros, a Companhia não alterará sua política de dividendos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

*ii) Reclassificação para propriedade para investimento*

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a Companhia mantém esse ativo mensurado pelo custo e reclassifica-o como propriedade para investimento.

*iii) Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é contabilizado no resultado do exercício em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

*iv) Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, conforme as taxas mencionadas na Nota Explicativa 13, e leva em consideração as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A Administração entende que as taxas de depreciação representam a expectativa de vida útil dos seus ativos.

As taxas médias ponderadas em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estimadas são as seguintes:

	<b>Taxa média</b>
Edificações	4%
Benfeitorias em propriedades de terceiros	10% a 20%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	20%
Aeronaves	6,66%

**g. Ativos intangíveis**

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem seu valor recuperável testado, anualmente. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando sua utilização efetiva.

*i) Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam.

#### *ii) Amortização*

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

- Softwares: 5 anos;
- Desenvolvimento de *websites*: 10 anos.

#### ***h. Arrendamentos mercantis***

A Companhia possui contratos de arrendamento operacional e financeiros.

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais.

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

#### ***i. Redução ao valor recuperável (impairment)***

##### *i) Ativos financeiros*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

*ii) Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, tais como Imobilizado e Intangível, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). A Companhia considera cada loja individual como unidade geradora de caixa.

**j. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**k. Benefícios a empregados**

A Companhia concede apenas benefícios de curto prazo aos seus empregados, os quais são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar o valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**l. Receita operacional**

*i) Venda de mercadorias*

A receita operacional da venda de mercadorias no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade das mercadorias foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

*ii) Comissão sobre serviços de correspondente bancário*

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização por se caracterizar como um correspondente bancário. A atividade de correspondente bancário se concretiza pelo recebimento do valor das contas pagas pela população em geral, nas dependências da rede de farmácias Pague Menos. Esses valores recebidos precisam ser repassados para o titular do direito em aproximadamente 3 dias. A Companhia recebe por este serviço uma comissão que é mensurada por autenticação nos boletos bancários.

*iii) Receita de aluguel*

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

### ***m. Subvenção governamental***

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado (custo das mercadorias vendidas) quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para a utilização serão cumpridas pela Companhia. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

### ***n. Receitas financeiras e despesas financeiras***

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado). A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

### ***o. Imposto de renda e contribuição social***

#### ***i) Impostos correntes***

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

#### ***i) Impostos diferidos***

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.



O total do imposto de renda e da contribuição social está constituído por impostos correntes e diferidos.

***p. Custo de transação na emissão de títulos e valores mobiliários***

Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução da distribuição pública primária de ações são registrados no ativo circulante, em despesas antecipadas.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida serão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido, para evidenciação do valor líquido recebido.

***q. Segmentos de negócios***

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de comercialização similar, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

***r. Demonstrações de valor adicionado***

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

***s. Determinação do ajuste a valor presente***

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Contas a pagar a fornecedores:

O cálculo do valor presente de fornecedores é efetuado para cada transação com base numa taxa média de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente dos fornecedores é contra estoque e custo dos produtos vendidos no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do custo é considerada despesa financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

***t. Novas normas e interpretações ainda não adotadas***

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, sendo essas:

Novos Standards, emendas aos Standards e interpretações são efetivos para os exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2012 e não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras. É esperado que nenhum desses novos Standards tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia, exceto pelo IFRS 9 - *Financial Instruments*, que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pela Companhia, e pelas IFRS 10 e IFRS 11. A Companhia não espera adotar tais standards antecipadamente e o impacto de sua adoção ainda não foi mensurado.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes às IFRS acima citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Caixa e bancos	18.453	6.944
Aplicações financeiras	<u>856</u>	<u>1.776</u>
	<u>19.309</u>	<u>8.720</u>

As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras, remuneradas em condições e taxas normais de mercado, e estão destinadas à negociação imediata nas operações da Companhia.

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se substancialmente a renda fixa, lastreados a CDB – Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas com característica de recompra, de alta liquidez, contratados diretamente com as instituições financeiras e remunerados a taxas que variam entre 100% e 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. O resgate antecipado dessas aplicações não ocasiona perdas financeiras.

Por essa razão, a Companhia considerou esses ativos circulantes como caixa e equivalentes de caixa, para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa e, portanto, não existem diferenças entre os componentes de caixa e equivalentes de caixa apresentados nesta nota explicativa e os saldos considerados na demonstração do fluxo de caixa. Não existem saldos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato pela Companhia.

5 Arrecadação de recursos de terceiros

O saldo da conta Arrecadação de recursos de terceiros, no ativo circulante, corresponde aos valores recebidos na atividade de correspondente bancário, onde a Companhia recebe o valor das contas pagas por consumidores, em sua rede de farmácias, e que devem ser repassadas para o titular do direito, em média, em 3 dias.

Os recursos arrecadados perfazem, respectivamente, os montantes de R\$ 9.602 e R\$ 11.763 em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Os valores registrados na conta Arrecadação de recursos de terceiros, no passivo circulante, de forma similar, referem-se aos débitos a serem repassados aos conveniados quando da atividade de correspondente bancário.

Os valores dos débitos a serem repassados, perfazem, respectivamente, os montantes de R\$ 17.668, sendo R\$ 17.301 junto a terceiros e R\$ 367 junto a partes relacionadas em 31 de dezembro de 2011, e R\$ 14.861 junto a terceiros, em 31 de dezembro de 2010.

6 Outros investimentos

	2011	2010
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	<u>2.157</u>	<u>-</u>
	<u>2.157</u>	<u>-</u>
Circulante	<u>515</u>	=
Não circulante	<u>1.642</u>	=

Aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a renda fixa, lastreadas a CDB – Certificados de Depósitos Bancários, e remunerados a taxas de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), classificadas como mantidos para negociação, no ativo circulante.

Os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento, no valor de R\$ 1.642, estão atrelados a uma obrigação de um financiamento, o qual deve ser mantido por toda a vigência do contrato junto ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB, a ser encerrado em 2 de abril de 2015.

## 7 Contas a receber de clientes

### *Composição da conta*

	2011	2010
Cartões de crédito a receber	139.732	113.960
Convênios a receber	8.697	4.412
Comissões a receber	3.095	2.313
Perdas por redução no valor recuperável	( 104)	-
	<u>151.420</u>	<u>120.685</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na Nota Explicativa 26.

Alguns saldos de recebíveis de cartões de crédito foram dados como garantias para os financiamentos da Companhia e os detalhes encontram-se divulgados na Nota Explicativa 16 – Financiamentos e Empréstimos.

### *Ajustes a Valor Presente (AVP)*

A Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente e, com base nesses estudos, a Administração entende que não há necessidade de contabilização do AVP, considerando que o prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de 30 a 60 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações da Companhia.

### *Perdas por redução no valor recuperável (impairment)*

A Companhia não tem histórico de perdas com seus recebíveis de clientes, razão pela qual nenhuma provisão para crédito de liquidação duvidosa vinha sendo reconhecida. No entanto, foi necessário realizar uma provisão de R\$ 104 no exercício de 2011, em decorrência do decreto presidencial do Banco Central da interdição em 15 de setembro de 2011 da Oboé Tecnologia e Serviços Financeiros S.A. (Oboé Card). Mesmo com este efeito considerado extraordinário, a Administração entende que não há risco de crédito em sua carteira de cliente, uma vez que nas transações com administradoras de cartão, o risco de crédito é transferido.

## 8 Estoques

### *Composição da conta*

	2011	2010
Mercadorias de revenda nas lojas	224.216	149.557
Mercadorias de revenda no centro de distribuição	298.572	205.066
Materiais para uso e consumo	<u>494</u>	<u>-</u>
	<u>523.282</u>	<u>354.623</u>

### ***Ajustes a Valor Presente (AVP)***

A Companhia calculou o ajuste a valor presente (AVP) do saldo de fornecedores, das compras totais no ano, com o correspondente cálculo envolvendo as mercadorias ainda em estoque, utilizando uma taxa média de 12,03% a.a. e 12% a.a. na data de cada operação (ver explicação na Nota Explicativa 15). O efeito do AVP foi de R\$ 10.147 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 6.418 em 31 de dezembro de 2010), apresentado líquido no saldo de estoque.

### ***Provisão para obsolescência de estoque (impairment)***

Não há registro de provisão para obsolescência por historicamente não existirem perdas. O estoque da Companhia é composto substancialmente por itens de medicamentos. A Companhia, portanto, possui negociações informais com seus fornecedores para reposição, troca e/ou retirada dos produtos antes de seus vencimentos.

## **9 Impostos e contribuições a recuperar**

	<b>2011</b>		<b>2010</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>
IRRF (a)	-	-	1.293	-
ICMS (b)	545	-	3.456	-
IRPJ (c)	118	-	2.894	-
CSLL (c)	273	-	1.224	-
COFINS (d)	677	4.297	2.988	3.850
PIS (d)	148	767	351	687
Outros	-	<u>942</u>	-	-
	<u>1.761</u>	<u>6.006</u>	<u>12.206</u>	<u>4.537</u>

- (a) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF): crédito decorrente de rendimentos de aplicações financeiras e das retenções pelas prestações de serviços.
- (b) Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS): é resultante basicamente do regime de apuração normal de ICMS da central de distribuição da Pague Menos, localizada no Estado do Ceará.
- (c) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): são decorrentes das antecipações e pagamentos a maior ou indevidos.
- (d) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): são créditos oriundos do regime de não cumulatividade estabelecido pelas Leis nºs. 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente.

## **10 Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

A Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, relativo à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

A recuperação do valor do ativo fiscal diferido é revisada periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

<b>Origem dos créditos fiscais diferidos</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social (b)	18.914	26.273
Diferenças temporárias (c)	1.617	1.757
Impostos diferidos sobre os ajustes de CPC (c)	<u>(290)</u>	<u>(1.219)</u>
Total	<u>20.241</u>	<u>26.811</u>
<b>Não circulante</b>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo	24.755	28.030
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo	<u>(4.514)</u>	<u>(1.219)</u>
Efeito líquido	<u>20.241</u>	<u>26.811</u>

**a. Conciliação das despesas e receitas de imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) e da alíquota efetiva vigente sobre esses impostos**

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social [A]	133.549	84.204
Alíquota fiscal combinada [D]	<u>34%</u>	<u>34%</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada</b>	<u>45.407</u>	<u>28.629</u>
<b>Adições permanentes: [B]</b>	<u>4.949</u>	<u>458</u>
Multas não dedutíveis	184	435
Resultado na venda de imóveis (reavaliação)	4.459	-
Outras adições permanentes	306	23
<b>Exclusões permanentes: [C]</b>	<u>66.564</u>	<u>51.661</u>
ICMS sobre operações interestaduais	54.744	43.888
Juros sobre capital próprio	8.748	4.726
Outras exclusões permanentes	3.072	3.047
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido no resultado do exercício após adições/exclusões [A] + [B] - [C] X [D] = [E]</b>	<u>24.458</u>	<u>11.220</u>
Alíquota efetiva [E]/[A]	<u>18,31%</u>	<u>13,32%</u>

**b. Composição e movimentação do prejuízo fiscal (IRPJ) e base negativa de contribuição social (CSLL) a compensar**

As variações verificadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram decorrentes da utilização dos créditos de base negativa de contribuição social para compensação dos encargos previstos no parcelamento descrito na Nota Explicativa 19 e da constituição dos valores relativos ao resultado fiscal de 2010.

A movimentação dos saldos existentes de 31 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2011 pode assim ser demonstrada:

	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2010</b>	26.870	3.670	30.540
Compensação de Prejuízo fiscal/ Base de cálculo negativa da CSLL	(2.710)	(975)	(3.685)
Constituição de tributos diferidos proveniente dos ajustes de CPC	<u>(427)</u>	<u>(155)</u>	<u>(582)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<u>23.733</u>	<u>2.540</u>	<u>26.273</u>

Compensação de Prejuízo fiscal/ Base de cálculo negativa da CSLL	(5.819)	(2.095)	(7.914)
Reversão de tributos diferidos proveniente dos ajustes de CPC	<u>408</u>	<u>147</u>	<u>555</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<u><b>18.322</b></u>	<u><b>592</b></u>	<u><b>18.914</b></u>

**c. Composição dos tributos diferidos oriundos das diferenças temporárias e dos ajustes da adoção do CPC**

	<b>Saldo em 01/01/10</b>	<b>Reconhecidos no resultado</b>	<b>Saldo em 31/12/10</b>	<b>Reconhecidos no resultado</b>	<b>Saldo em 31/12/11</b>
Custo atribuído	(587)	12	(575)	369	(206)
Capitalização dos juros	(344)	(300)	(644)	(37)	(681)
Ajuste a valor de mercado	-	-	-	748	748
Custos com <i>IPO</i>	-	-	-	(725)	(725)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	35	35
Outras provisões	<u>-</u>	<u>1.757</u>	<u>1.757</u>	<u>399</u>	<u>2.156</u>
<b>Total</b>	<u><b>(931)</b></u>	<u><b>1.469</b></u>	<u><b>538</b></u>	<u><b>789</b></u>	<u><b>1.327</b></u>

**d. Segregação entre tributos diferidos ativos e passivos**

	<b>Ativo não circulante</b>		<b>Passivo não circulante</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Custo atribuído	-	-	(206)	(575)
Capitalização dos juros	-	-	(681)	(644)
Provisão para contingências	2.143	1.757	(562)	-
Ajuste a valor presente	575	-	-	-
Ajuste a valor de mercado	3.088	-	(2.340)	-
Custos com <i>IPO</i>	-	-	(725)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	35	-	-	-
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social a compensar	<u>18.914</u>	<u>26.273</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<u><b>24.755</b></u>	<u><b>28.030</b></u>	<u><b>(4.514)</b></u>	<u><b>(1.219)</b></u>

**e. Expectativa de realização**

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de bases negativas de contribuição social e prejuízo fiscal a compensar, conforme segue:

<b>Anos</b>	<b>R\$</b>
2012	7.344
2013	8.813
2014	<u>2.757</u>
	<u><b>18.914</b></u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício.

## 11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas, acionistas, profissionais-chaves da Administração e outras partes relacionadas.

		2011		2010	
	Natureza da operação	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Partes relacionadas</b>					
<b>Adiantamento a terceiros</b>					
Distribuidora de Produtos Hospitalares Ame Farma Ltda. (a)	Compra de medicamentos	261	-	252	-
Gráfica Boa Letra Ltda. (f)	Serviços gráficos	<u>172</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		433	-	252	-
<b>Contas a receber</b>					
Farmácia Preço Baixo Ltda. (b)	Venda de medicamentos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.890</u>	<u>-</u>
<b>Outros créditos</b>					
Pax Corretora de Valores e Câmbio Ltda. (h)	Serviços de corretagem	<u>40</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Mútuo financeiro</b>					
Renda Participações S.A. (c)	Mútuo financeiro	5.572	-	-	-
Dupar Participações S.A. (d)	Mútuo financeiro	80.307	-	17.723	-
Francisco Deusmar de Queirós (l)	Mútuo financeiro	4.073	-	-	-
Mário Henrique Alves de Queirós (m)	Mútuo financeiro	<u>-</u>	<u>119</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		89.952	119	17.773	-
<b>Fornecedores</b>					
Midigraf Serviços Digitais Ltda. (e)	Prestação de serviços gráficos	-	-	-	-
Praxis Consultoria Ltda. (g)	Consultoria em informática	-	-	-	-
PH Segurança Ltda. (i)	Serviços de segurança	-	-	-	-
Ponte & Caminha Consultoria (j)	Consultoria empresarial	-	-	-	-
ePharma PBM do Brasil S.A. (n)	Mútuo financeiro	-	-	-	-
<b>Arrecadação de recursos de terceiros</b>					
Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. (k)	Arrecadação de recursos de terceiros	<u>-</u>	<u>367</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Outras contas a pagar</b>					
Renda Participações S.A. (c)	Aluguéis	-	302	-	-
Dupar Participações S.A. (d)	Aluguéis	<u>-</u>	<u>1.481</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		-	1.783	-	-
<b>Juros sobre capital próprio</b>					
Acionistas	JSCP	<u>-</u>	<u>9.607</u>	<u>-</u>	<u>4.833</u>
Total		<u>90.425</u>	<u>11.876</u>	<u>38.865</u>	<u>4.833</u>
Circulante		473	11.757	21.142	4.833
Não circulante		89.952	119	17.723	-

Conforme definido no CPC 05, uma transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

Conforme tal definição, uma transação com parte relacionada pode apresentar uma característica de empréstimo sob a forma de mútuo, compra e venda de serviços, dentre outras.

Em decorrência do exposto acima, a Administração contemplou na abertura do balanço as transações de naturezas diferentes entre partes relacionadas. E desta forma, também reclassificou os saldos comparativos anteriormente apresentados de forma agregada nas demonstrações financeiras para rubricas específicas identificadas como “Partes relacionadas”.



Demonstramos abaixo as reclassificações dos saldos comparativos de partes relacionadas:

	Publicado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
<b>Ativo circulante</b>			
Partes relacionadas	20.890	(20.890)	-
Contas a receber de clientes - Partes relacionadas	-	20.890	20.890
Adiantamentos a terceiros - Partes relacionadas	-	252	252
<b>Ativo não circulante</b>			
Partes relacionadas	17.975	(252)	17.723

- (a) Distribuidora de Produtos Hospitalares Ame Farma Ltda. - Atua no comércio atacadista de drogas, medicamentos de uso humano, insumos farmacêuticos para manipulação e produtos hospitalares em geral.

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não houve novas compras de medicamentos junto a essa parte relacionada. Os saldos apresentados são, basicamente, decorrentes de compras, no montante de R\$ 195, realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

- (b) Farmácia Preço Baixo Ltda. - Atuava no comércio varejista de medicamentos e produtos farmacêuticos de uso humano, produtos de beleza e perfumaria em geral, até o encerramento de suas operações comerciais em abril de 2011 e venda de seus estoques para a Pague Menos.

As transações realizadas com essa parte relacionada foram liquidadas até 30 de junho de 2011, representadas por:

- Vendas de medicamentos com esta parte relacionada totalizando R\$ 34.509 até 4 de abril de 2011 (R\$ 42.265 em 30 de junho de 2010) em contrapartida ao custo de R\$ 27.607 (R\$ 33.812 em 30 de junho de 2010), resultando no ganho na venda no valor de R\$ 6.902 (R\$ 8.453 em 30 de junho de 2010);
- Venda de ativos por parte de Preço Baixo para a Pague Menos em função do encerramento de suas atividades comerciais em 4 de abril de 2011 totalizando R\$ 10.533;
- Saldo de contas a pagar da Preço Baixo no montante de R\$ 14.107 em favor da Pague Menos foram assumidos pela sua controladora Dugar Participações S.A.

- (c) Renda Participações S.A. - Atua no ramo de compra, venda e administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros.

Além das transações de mútuos entre as partes relacionadas, existem operações de locações de imóveis entre a Pague Menos (locatária) e sua parte relacionada. Em 31 de dezembro de 2011, existem 9 imóveis em locação impactando o resultado em R\$ 3.048 durante o exercício de 2011 (R\$ 2.976 durante o exercício de 2010). O saldo de aluguéis a pagar em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 302.

A projeção de despesas com aluguéis, incluindo os imóveis da Renda Participações S.A, e de terceiros, está apresentada na Nota Explicativa 17.

Esta parte relacionada ainda é garantidora da Pague Menos em um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste referente ao contrato nº. 16.2008.12524.2938 apresentado na Nota Explicativa 16.

- (d) Dugar Participações S.A. - Atua no ramo de administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, representação comercial, participação em outras empresas, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros.

Em 30 de junho de 2011, através de contrato de compra e venda de imóveis, a Companhia vendeu os 45 imóveis de não uso e 130 imóveis de uso na atividade operacional, para a sua parte relacionada, Dupar Participações S.A., resultando no saldo a receber de R\$ 49.584 com vencimento previsto para 15 de novembro de 2011 (vide divulgação ampla na Nota Explicativa 12).

Em 31 de dezembro de 2011 existem 152 imóveis de propriedade da Dupar e alugados pela Pague Menos (locatária). O valor fixo dos alugueis dos imóveis é de R\$ 5, chegando ao máximo de valor de R\$ 20, com o limitador de 2% do faturamento da respectiva loja. O impacto no resultado de 2011 foi de R\$ 4.305. O saldo de alugueis a pagar em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 1.481.

No decorrer do exercício de 2011, foi transacionado o montante de R\$ 65.362 de transações financeiras (mútuos) entre esta parte relacionada e a Pague Menos. O saldo com esta parte relacionada poderá ser liquidado através das operações de alugueis acima comentadas por compensação.

A projeção de despesas com alugueis, incluindo os imóveis da Dupar Participações S.A. e de terceiros está apresentada na Nota Explicativa 17.

As operações de mútuo junto à Dupar Participações S.A. serão liquidadas através de encontro de contas com despesas de aluguel; de forma similar, despesas de natureza diversas podem ser utilizadas para liquidação do saldo.

Esta parte relacionada ainda é garantidora da Pague Menos em um contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste referente ao contrato nº. 16.2008.12524.2938 apresentado na Nota Explicativa 16 e fiadora no contrato junto ao Banco Santander Bancário nº. R-640884223 e no contrato junto ao Banco Itaú Bancário nº. 100111020016500.

- (e) Midigraf Serviços Digitais Ltda. – Atua principalmente na execução de serviços gráficos digitais, comércio varejista de produtos de papelaria e artigos de escritório.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo transacionado com esta parte relacionada no resultado totalizou R\$ 227.

- (f) Gráfica Boa Letra Ltda. – Esta parte relacionada tem como objetivo a impressão de livros, revistas, material de publicidade, material de escritório e outros periódicos em geral sob encomenda.

No decorrer do exercício de 2011 foi transacionado o montante de R\$ 172, remanescendo este o saldo em 31 de dezembro de 2011.

- (g) Praxis Consultoria Ltda. – Empresa que atua no ramo de gestão e consultoria em informática.

No decorrer do exercício de 2011, foi transacionado o montante de R\$ 29. Não há saldo remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2011.

- (h) Pax Corretora de Valores e Cambio Ltda. – Atua como agente intermediário na compra e venda de ações no mercado financeiro.

No decorrer do exercício de 2011, foi transacionado o montante de R\$ 9.019, remanescendo um saldo de R\$ 40.

- (i) PH Segurança Ltda. – Empresa que atua no mercado de prestação de serviços de segurança pessoal, patrimonial e empresarial.

No decorrer do exercício de 2011, foi transacionado o montante de R\$ 971. Não há saldo remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2011.

- (j) Ponte & Caminha Consultoria Ltda. – Atua principalmente na área de treinamentos, locação de sistemas, consultoria empresarial, prestação de Serviços de Assistência Técnica; Representações Comerciais e Industriais; Participações em outras Empresas.

Em 2011, foi transacionado o montante de R\$ 180. Não há saldo remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2011.

- (k)** Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. – Opera como correspondente bancário, em unidades próprias ou de terceiros, na forma como disciplinada pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e regulamentada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Em 2011, foi transacionado o montante de R\$ 4.850, remanescendo um saldo de R\$ 367.

- (l)** Francisco Deusmar de Queirós – Principal acionista da Empreendimentos Pague Menos S.A. com 70% de controle do capital societário.

No exercício de 2011, foi transacionado o montante de R\$ 4.072 de transações financeiras (mútuos) entre esta parte relacionada e a Pague Menos.

- (m)** Mario Henrique Alves de Queirós – Acionista da Empreendimentos Pague Menos S.A. com 4% de controle do capital societário.

No exercício de 2011, foi transacionado o montante de R\$ 119 de transações financeiras (mútuos) entre esta parte relacionada e a Pague Menos.

- (n)** ePharma PBM do Brasil S.A. - Programa de Benefícios de Medicina da Saúde - Tem como objetivo principal o desenvolvimento e a comercialização de serviços de gestão de assistência farmacêutica e de saúde, provendo conhecimento e ferramentas tecnológicas para a sua implantação e operação. O principal negócio da Sociedade é representado pelo gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos.

As operações de mútuo financeiro entre as partes relacionadas não preveem cláusulas de atualizações e não possuem prazos de vencimentos. Nenhum dos saldos possui garantia. A Administração entende que os valores transacionados com suas partes relacionadas não seriam diferentes se transacionados com terceiros.

As entidades listadas abaixo são consideradas Partes relacionadas pela Companhia por atenderem aos critérios previstos no CPC 05 (IAS 24), porém, não possuíram transações no exercício:

- Giss do Brasil S.A.;
- Fundação Educacional Deusmar Queirós;
- Renda Corretora de Mercadorias SC Ltda.;
- Construtora Boa Terra Ltda.;
- Renda Florestal Ltda.;
- Edson de Arruda Câmara Junior ME.

A remuneração total dos administradores totalizou R\$ 574, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 286 em 31 de dezembro de 2010, e está relacionada apenas a benefícios de curto prazo.

A Companhia não possui política de Benefícios pós-emprego (Previdência privada) e Remuneração baseada em ações.

A Companhia possui ainda transações com partes relacionadas das pessoas físicas dos acionistas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras. As Partes Relacionadas são fiadoras dos Contratos, porém não recebem qualquer remuneração por tal prestação. Abaixo relacionados:

Parte relacionada	Banco	Contrato	Saldo existente	Duração
		Cédula de Crédito Bancário nº		
Francisco Deusmar de Queirós	Itaú	100111020016500	R\$ 19.499	05/03/2014
Francisco Deusmar de Queirós	Itaú	100108100012300	R\$ 7.772	04/10/2013
Francisco Deusmar de Queirós	Itaú	100109070001800	R\$ 5.621	20/06/2012
		160400989, 160401032,		
Deusmar Queirós, Josué Ubiranilson e respectivos cônjuges	Banco do Brasil	160400996, 160401249 e 160401401	R\$ 173.384	Entre 2012 e 2014

O valor de R\$ 22 que se refere à baixa por alienação do saldo de Investimentos foi desconsiderado na Demonstração do fluxo de caixa por não impactar o saldo de caixa.

## 12 Propriedades para investimento

	Terrenos	Edificações	Total
<b>Custo</b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.704	4.277	6.981
Adições no período	-	2	2
Baixas no período	<u>(2.704)</u>	<u>(4.279)</u>	<u>(6.983)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Depreciação</b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(2.459)	(2.459)
Depreciação do período	-	(69)	(69)
Depreciação do custo atribuído	-	(2)	(2)
Baixas no período	<u>-</u>	<u>(2.530)</u>	<u>(2.530)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Saldo contábil</b>			
Em 31 de dezembro de 2010	<u>2.704</u>	<u>1.818</u>	<u>4.522</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2010, as Propriedades para investimento incluíam 38 imóveis comerciais e 7 imóveis residenciais que eram arrendados para terceiros, avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção.

Em 30 de junho de 2011, através de contrato de compra e venda de imóveis, a Companhia vendeu os 45 imóveis destinados a aluguel ou valorização do capital, não de uso na atividade, para a sua parte relacionada, Dugar Participações S.A., pelo valor contábil, os quais estavam registrados pelo montante líquido de R\$ 4.452. O saldo a receber foi registrado em conta de Partes relacionadas (vide Nota Explicativa 11). Este valor foi desconsiderado na Demonstração do fluxo de caixa por não impactar o saldo de caixa.

A depreciação sobre o saldo de Edificações foi calculada, até o momento da venda, pelo método linear à taxa média anual de 4%, registrada em contrapartida da rubrica de despesas administrativas.

O valor justo destes ativos não diferia, substancialmente, do custo dos ativos, pois estes imóveis foram objeto da reavaliação junto com demais ativos imobilizados, pelo custo atribuído (*deemed cost*), para aplicação das novas normas contábeis, na data de transição em 1º de janeiro de 2008.

A Companhia vinha calculando a depreciação sobre o montante agregado contabilizado como custo atribuído mensalmente, conforme quadro acima apresentado. Em 30 de junho de 2011, data da venda, o efeito da depreciação foi de R\$ 71.

Até a data da venda, um montante de R\$ 343 foi reconhecido como receita de aluguel no resultado da Companhia (R\$ 757 em 30 de junho de 2010).

Não houve novas transações dessa natureza no segundo semestre de 2011.

# 13 Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Obras em andamento	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Aeronave	Equipamentos de informática	Importações em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
<b>Custo</b>													
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2010</b>	12.115	32.023	154	26.781	7.537	10.577	4.553	3.203	-	13.529	-	-	110.472
Adições	11.029	6.047	16.682	10.492	1.853	4.296	2.764	940	-	6.087	11.180	-	71.370
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	-	926	-	-	-	-	-	-	-	-	-	926
Transferências	233	(406)	(1.080)	838	-	-	-	-	-	-	-	-	(415)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(411)	-	-	-	-	(411)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	23.377	37.664	16.682	38.111	9.390	14.873	7.317	3.732	-	19.616	11.180	-	181.942
Adições	-	3.466	31.304	25.421	3.418	3.145	4.050	337	218	3.885	1.697	5.622	82.563
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	-	1.709	91	-	-	-	-	-	-	-	-	1.800
Transferências	21.364	(41.130)	(40.409)	53.100	-	-	-	-	12.877	-	(12.877)	-	(7.075)
Baixas	(44.741)	-	-	-	-	-	-	(370)	-	-	-	-	(45.111)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	-	-	9.286	116.723	12.808	18.018	11.367	3.699	13.095	23.501	-	5.622	214.119
<b>Depreciação</b>													
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2010</b>	-	(5.756)	-	(18.069)	(3.854)	(2.645)	(1.223)	(1.950)	-	(7.144)	-	-	(40.641)
Depreciação no período	-	(1.234)	-	(3.679)	(723)	(1.187)	(575)	(615)	-	(2.678)	-	-	(10.691)
Custo atribuído (CPC 27)	-	(31)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(31)
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	(21)	-	(20)	-	-	-	-	-	-	-	-	(41)
Transferências	-	415	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	415
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	374	-	-	-	-	374
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	-	(6.627)	-	(21.768)	(4.577)	(3.832)	(1.798)	(2.191)	-	(9.822)	-	-	(50.615)
Depreciação no período	-	(627)	-	(11.478)	(913)	(1.605)	(920)	(598)	(724)	(3.234)	-	-	(20.099)
Custo atribuído (CPC 27)	-	(13)	-	(68)	-	-	-	-	-	-	-	-	(81)
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	(20)	-	(187)	-	-	-	-	-	-	-	-	(207)
Transferências	-	7.075	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.075
Estornos	-	212	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	212
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	353	-	-	-	-	353
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	-	-	-	(33.501)	(5.490)	(5.437)	(2.718)	(2.436)	(724)	(13.056)	-	-	(63.362)
<b>Valor contábil</b>													
Em 31 de dezembro de 2010	23.377	31.037	16.682	16.343	4.813	11.041	5.519	1.541	-	9.794	11.180	-	131.327
Em 31 de dezembro de 2011	-	-	9.286	83.222	7.318	12.581	8.649	1.263	12.371	10.445	-	5.622	150.757

As adições no imobilizado referem-se às aquisições de ativos operacionais, benfeitorias em imóveis de terceiros para expansão das atividades com a construção de novas lojas, modernização da central de distribuição e das instalações das lojas já existentes e investimentos em equipamentos de informática. Outra adição relevante refere-se à compra da aeronave da Companhia, imobilizada em 9 de março de 2011, e que será depreciada no prazo de 15 anos.

Em 30 de junho de 2011, através de contrato de compra e venda de imóveis entre a Pague Menos e sua parte relacionada, Dupar Participações S.A., foram vendidos, pelo valor contábil, os 130 imóveis de uso na atividade operacional, os quais totalizavam R\$ 44.741. Estes imóveis vendidos, anteriormente registrados no ativo imobilizado, não contemplam os 45 imóveis igualmente vendidos à Dupar Participações S.A. e, anteriormente, registrados como Propriedades para investimentos (vide Nota Explicativa 12). Este valor foi desconsiderado na Demonstração do fluxo de caixa por não impactar o saldo de caixa.

Os bens mantidos no ativo imobilizado, totalmente depreciados, somam R\$ 26.845 até 31 de dezembro de 2011. O saldo é formado substancialmente pela depreciação das benfeitorias em imóveis de terceiros as quais foram depreciadas pelo prazo de contrato do imóvel, que, em média, é de 5 anos. A Companhia não possui ativo imobilizado temporariamente ocioso.

Não existem transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa e que estejam registradas na Demonstração do fluxo de caixa, exceto pela transação já mencionada acima.

#### ***a. Custo atribuído***

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por três especialistas com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizarem este trabalho, os especialistas consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados e do ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. Como parte da adoção do custo atribuído, a Administração avaliou as classes de terrenos e edificações do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2008. Adicionalmente, foi realizada a revisão da vida útil estimada e do valor residual.

O relatório de avaliação gerado pelos especialistas, datado de 31 de dezembro de 2010, foi aprovado pela Diretoria e em comum acordo com os acionistas da Companhia, conforme requerido pelo estatuto social.

A Companhia vem calculando a depreciação sobre o montante agregado contabilizado como custo atribuído mensalmente, conforme quadro anteriormente apresentado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o efeito da depreciação da parcela do custo atribuído foi de R\$ 81. O maior efeito do custo atribuído foi sobre terrenos e, portanto, sem efeito de depreciação.

#### ***b. Imobilizado em construção***

A Companhia possui estabelecimentos (lojas) em construção, sendo 36 lojas em 31 de dezembro de 2011 (39 lojas em 31 de dezembro de 2010). O saldo dos custos incorridos com lojas em construção até a data da demonstração financeira totalizavam R\$ 9.286 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 16.682 em 31 de dezembro de 2010). Tais montantes incluem os custos de empréstimos capitalizados.

Foram capitalizados os custos dos empréstimos no montante de R\$ 1.800 em 2011 (R\$ 926 em 2010). Esses custos foram apurados utilizando-se a taxa média entre 14% a 12,03% a.a. (12% a.a. em 2010) referente aos contratos de financiamentos utilizados na construção dos estabelecimentos da Companhia.

#### ***c. Provisão para redução no valor recuperável (impairment)***

Os ativos da Companhia estão contabilizados por valores que não superam seus valores recuperáveis, inexistindo a necessidade do reconhecimento da desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas. Para assegurar-se de que seus ativos não estão contabilizados por valor superior ao de recuperação pelo uso ou venda, a Companhia toma

por base as seguintes análises:

### **Externas**

- c.1** Se, durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu sensivelmente, mais do que se esperava como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- c.2** Se mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;
- c.3** Se as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e se esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor em uso de um ativo em uso e se diminuirão significativamente o valor recuperável do ativo;

### **Internas**

- c.4** As evidências disponíveis de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- c.5** Se mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período ou devem ocorrer em futuro próximo, na medida ou maneira em que um ativo é ou será usado; e
- c.6** As evidências disponíveis, provenientes de relatório interno, que indiquem que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Após a avaliação dos fatores externos ou internos, a Companhia não indicou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos.



## 14 Intangível

	Vida útil indefinida	Vida útil definida			Total
	Marcas e patentes	Fundo de comércio (Key money)	Softwares	Desenvolvimento de websites	
<b>Custo</b>					
Saldo em 1º de janeiro de 2010	153	-	527	-	680
Adições	4.028	1.456	1.011	-	6.495
Baixas	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	4.181	1.452	1.538	-	7.171
Adições	<u>14</u>	<u>4.100</u>	<u>3.010</u>	<u>36</u>	<u>7.160</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>4.195</u>	<u>5.552</u>	<u>4.548</u>	<u>36</u>	<u>14.331</u>
<b>Amortização</b>					
Taxas anuais de amortização	-	(*)	20%	10%	-
Saldo em 1º de janeiro de 2010	-	-	(215)	-	(215)
Amortização	<u>-</u>	<u>( 254)</u>	<u>(149)</u>	<u>-</u>	<u>(403)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	( 254)	(364)	-	(618)
Amortização	<u>-</u>	<u>(456)</u>	<u>(484)</u>	<u>-</u>	<u>(940)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>-</u>	<u>(710)</u>	<u>(848)</u>	<u>-</u>	<u>(1.558)</u>
<b>Valor contábil</b>					
Em 31 de dezembro de 2010	<u>4.181</u>	<u>1.198</u>	<u>1.174</u>	<u>-</u>	<u>6.553</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>4.195</u>	<u>4.842</u>	<u>3.700</u>	<u>36</u>	<u>12.773</u>

(\*) A amortização do fundo de comércio (Key money) é calculada pelo prazo de vigência de cada contrato de aluguel das lojas, os quais possuem uma média de 60 meses (5 anos).

Não existem transações de aquisições e baixas no ativo intangível que não envolveram caixa e que estejam registradas na Demonstração do fluxo de caixa.

A amortização mensal dos ativos intangíveis, com vida útil definida, é registrada em contrapartida do resultado no grupo de Despesas administrativas e gerais.

### **Fundo de comércio (Key money)**

Fundo de comércio (Key money) compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear, e leva em consideração os prazos dos contratos de locação. As baixas dos fundos de comércio se dão por desativação de lojas, sendo seus efeitos registrados no resultado.

### **Marcas e patentes**

A Companhia havia perdido o direito de utilização da marca “Pague Menos” no estado da Paraíba devido a uma disputa judicial. Em 30 de dezembro de 2010, através de contrato particular de compra e venda da marca “Pague Menos”, a Companhia adquiriu novamente o direito de utilização de sua marca naquele Estado.

### ***Desenvolvimento de websites***

Representam gastos com a plataforma *e-commerce* (desenvolvimento de Infraestrutura tecnológica, conteúdo, aplicativos e *layout* gráfico dos sites) sendo amortizados de forma linear, considerando-se o prazo estipulado de utilização dos benefícios auferidos.

### ***Teste de valor recuperável de marcas e patentes***

A Companhia aplicou teste de recuperação do valor contábil do ativo intangível na conta Marcas e Patentes, baseado no seu valor em uso, com a utilização do modelo de fluxo de caixa descontado.

Importante ressaltar que o processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e projeções sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. Assim, as premissas do modelo tomaram por base as expectativas de crescimento da operação, aprovado pela Diretoria, seu desempenho histórico, bem como dados de mercado, representando, assim, a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que poderão prevalecer durante a vida útil econômica dos ativos que são responsáveis pela geração dos fluxos de caixa.

De acordo com as técnicas de avaliação da Companhia, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos e o modelo foi baseado nas seguintes premissas fundamentais aplicadas:

- As receitas foram projetadas considerando-se um crescimento médio anual de 20% em função do desempenho histórico e das expectativas quanto ao desempenho futuro;
- Os custos e despesas operacionais foram projetados com base no desempenho histórico, e sua expectativa quanto à evolução dos custos das mercadorias no contexto do crescimento das vendas projetado;
- Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar o crescimento das vendas;
- Os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto, a qual reflete o custo de oportunidade da Companhia (WACC).

Nesse processo de avaliação, o valor da marca obtido nos testes de recuperação do ativo intangível da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, visto que o valor contábil dos ativos não excedeu seu valor estimado de uso na data da avaliação.

## 15 Fornecedores

### a. Composição da conta

	2011	2010
Fornecedores	422.101	321.524
(-) Crédito por devoluções	<u>(56.955)</u>	<u>(29.692)</u>
	<u>365.146</u>	<u>291.832</u>

O efeito do ajuste a valor presente (AVP) foi de R\$ 9.552 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 7.514 em 31 de dezembro de 2010), apresentado líquido no saldo de fornecedores.

Em atendimento ao CPC 12 (IAS 39), foi utilizada taxa média correspondente a 12,03% a.a. (12% a.a. em 31 de dezembro de 2010), considerando um prazo médio de pagamento de 50 a 75 dias, sendo este critério uniforme para o exercício de 2011 e 2010.

Em atendimento à Deliberação nº. 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12 (IAS 39), a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus ativos e passivos, utilizando-se as taxas de juros acima citadas que refletem a natureza desses ativos no que tange ao prazo, risco, moeda, condição de recebimento prefixada ou pós-fixada.

A taxa utilizada para o desconto dos fluxos corresponde à Taxa Média Ponderada de Capital (WACC – *Weighted Average Cost of Capital*) da Companhia na data-base de 31 de dezembro de 2011, que, por sua vez, é calculada através da ponderação do custo de capital de terceiros líquido e do capital próprio, este último, calculado através da metodologia CAPM - *Capital Asset Pricing Model*.

Os créditos por devoluções referem-se a negociações com os fornecedores relacionadas à troca e/ou retiradas de mercadorias, ou seja, os créditos por devoluções funcionam como notas de créditos.

### b. Por vencimento (sem efeito do AVP)

	2011	2010
<b>A vencer</b>		
1 a 30 dias	179.919	123.349
31 a 60 dias	109.491	114.593
61 a 90 dias	38.230	34.217
Acima de 91 dias	<u>24.367</u>	<u>10.740</u>
Subtotal	352.007	282.899
<b>Títulos contra-apresentação</b>	<u>79.646</u>	<u>46.139</u>
Total	<u>431.653</u>	<u>329.038</u>

Os títulos contra-apresentação vencem apenas quando da venda das mercadorias a terceiros e não possuem incidência de encargos.

**c. Concentração da carteira (sem efeito do AVP)**

	2011		2010	
<b>Fornecedores</b>				
Maior fornecedor	20.011	5%	44.151	14%
2º ao 25º	204.568	47%	152.082	46%
26º ao 50º	84.281	20%	49.731	15%
Outros fornecedores	<u>122.793</u>	<u>28%</u>	<u>83.074</u>	<u>25%</u>
Total	<u>431.653</u>	<u>100%</u>	<u>329.038</u>	<u>100%</u>

Nos exercícios de 2011 e 2010, a Companhia não realizou transações com fornecedores vinculados às suas partes relacionadas (vide Nota Explicativa 11 – Partes relacionadas).

## 16 Financiamentos e empréstimos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa 27 – Instrumentos financeiros.

**a. Composição da conta**

Banco	Tipo	Index	Taxa de juros nominal	2011	2010
Banco do Brasil	Capital de giro	CDI	1,82% a 2,5% a.a.	170.728	81.261
Banco do Brasil	Capital de giro		7% a 8,7% a.a.	1.947	581
Banco do Brasil	Finame	TJLP	3,4% a.a.	1.238	1.827
Banco do Brasil	Finame		4,5% a.a.	1.419	1.893
Banco do Nordeste do Brasil	Capital de giro		10% a 15,21% a.a.	11.306	26.634
HSBC	Capital de giro	CDI	1,99% a.a.	-	6.096
HSBC	Capital de giro		13,35% a.a.	6.595	-
Safra	Capital de giro – swap	USD/CDI	1,9% a.a.	-	10.592
Safra	Capital de giro	CDI	2,42% a 2,67% a.a.	3.018	3.058
Safra	Capital de giro		16,35% a.a.	288	771
Citi	Garantida	CDI	-	-	2.241
Citi	Capital de giro – swap	USD/CDI	2,52% a.a.	3.738	13.366
Santander Real	Capital de giro – swap	Taxa fixa/CDI	2,4% a.a.	10.406	23.979
Santander Real	Compror	CDI	1,98% a.a.	779	1.119
Santander Real	Capital de giro	CDI	2,4% a.a.	8.407	-
Itaú	Capital de giro – swap	USD/CDI	1,95% a.a.	27.274	-
Itaú	Capital de giro	CDI	1,95% a 3,67% a.a.	31.139	26.919
Itaú	Garantida	CDI	-	4.897	4.920
BBM	Capital de giro	CDI	2,92% a.a.	-	1.218
Total de financiamentos e empréstimos				<u>283.179</u>	<u>206.475</u>
Circulante				<u>155.499</u>	<u>121.591</u>
Não circulante				<u>127.680</u>	<u>84.884</u>

A Companhia não possui linhas de crédito obtidas e não utilizadas. Não existem transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa e que estejam registradas na Demonstração do fluxo de caixa.

**b. Por moeda**

	2011	2010
Em moeda nacional – (R\$)	252.168	182.517
Em moeda estrangeira, dólar – (R\$)	<u>31.011</u>	<u>23.958</u>
Total	<u>283.179</u>	<u>206.475</u>

**c. Cronograma de desembolso**

	2011	2010
<b>Vencimentos</b>		
2011	-	121.591
2012	155.499	66.296
2013	81.071	12.956
2014	44.653	4.181
2015	1.530	1.271
Acima de 2015	<u>426</u>	<u>180</u>
<b>Total</b>	<u>283.179</u>	<u>206.475</u>

**d. Avais e garantias**

Em garantia ao financiamento junto ao Banco do Nordeste referente ao contrato nº. 16.2008.12524.2938, foram oferecidos os imóveis a seguir mencionados de propriedade de sua parte relacionada, Dupar Participações S.A., Esse contrato contempla uma cláusula de obrigatoriedade de constituição de um Fundo de liquidez, o qual deve ser mantido por toda a vigência do contrato, que se encerra em 2 de abril de 2015. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo do Fundo de liquidez perfaz o montante de R\$ 1.642 registrado no grupo de Outros investimentos, no ativo circulante, conforme Nota Explicativa 6.

Apresentamos a seguir o detalhamento dos imóveis em 31 de dezembro de 2011:

Proprietário	Bens em garantia	Número de matrícula	Data de matrícula	Valor
Dupar Participações S.A.	Rua Tenente Lisboa, 1620	3.977	28/08/2008	238
Renda Participações S.A.	Rua Senador Pompeu, 1520	49.593	23/08/1990	3.308
Dupar Participações S.A.	Av. Francisco Cordeiro, 300	4.927	18/10/2007	14.622
Renda Participações S.A.	Av. Dom Manuel, s/n	29.572	18/09/2008	780
Dupar Participações S.A.	Rua Juvêncio Barroso, s/n	462	25/01/2008	878
Dupar Participações S.A.	Rua Tenente Lisboa, s/n	11.617	25/01/2008	3.017
Renda Participações S.A.	Rua General Sampaio, 1501	36.686	12/06/1986	119
Renda Participações S.A.	Rua General Sampaio, 1485	38.239	06/10/1986	186
Renda Participações S.A.	Av. Dom Manuel, 1020	72.206	17/09/2008	2.764
Renda Participações S.A.	Rua General Sampaio, 1505	1.636	05/06/1986	112
Dupar Participações S.A.	Av. Francisco Sá, 6200	64.997	11/02/2000	<u>1.480</u>
Total de imóveis				<u>27.504</u>

A Companhia não possui os imóveis relacionados acima sob sua propriedade (vide Notas Explicativas 11 e 12). Conforme contrato de compra e venda com sua parte relacionada Dupar Participações S.A., quando da transferência da propriedade dos bens para sua parte relacionada, esta passou a ser a fiadora desta garantia para a Pague Menos, sem a cobrança de valores.

Para os financiamentos FINAME e FINAME Empresarial PSI do Banco do Brasil S.A., foram garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados e fianças dos Srs. Deusmar Queirós e Josué Ubiranilson e cônjuges.

Para os empréstimos do Banco do Brasil S.A. (operações 160400989, 160401032, 160400996, 160401249 e 160401401), foram oferecidas garantias de Cessão de Direitos Creditórios – Faturas VISANET e fianças dos acionistas (Deusmar Queirós, Josué Ubiranilson e respectivos cônjuges).

**e. Cláusulas restritivas**

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas restritivas a título de *covenants* operacionais, em alguns contratos de dívida. A Companhia está cumprindo as cláusulas restritivas.

# 17 Arrendamentos mercantis

## a. Operacionais

- *Arrendamentos como arrendatário*

Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão liquidados do seguinte fluxo de pagamento:

Vencimentos	Valores
2012	54.691
2013	46.745
2014	36.905
2015	25.836
2016	15.634
Após 2016	<u>18.997</u>
	<u>198.808</u>
Partes relacionadas	37.434
Terceiros	<u>161.374</u>
Total	<u>198.808</u>

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía 571 contratos de arrendamento operacional, os quais se referem aos aluguéis de lojas, contratados junto a terceiros (405 contratos), incluindo os terrenos arrendados junto às suas partes relacionadas, Dupar Participações S.A. (152 contratos) e Renda Participações S.A. (14 contratos).

Esses arrendamentos têm prazo de duração de 5 anos, com opção de renovação do arrendamento por igual período. Os pagamentos dos arrendamentos são reajustados periodicamente, de acordo com os aluguéis e práticas de mercado em que os imóveis estão situados.

A projeção dos aluguéis foi apresentada pelo valor presente dos fluxos de caixa dos valores fixos considerando a data de vencimento individual de cada contrato, com exceção para a parte relacionada, Dupar Participações S.A., para a qual foi considerado o valor fixo dos imóveis de R\$ 5 (ver explicação do cálculo de aluguéis na Nota Explicativa 11).

Para os contratos junto a terceiros utiliza-se o IGP-M projetado como taxa futura de desconto e, para as partes relacionadas a taxa de oportunidade da Companhia.

Em 30 de junho de 2011 foram vendidos 130 terrenos em uso, conforme contrato de compra e venda de imóveis entre a Companhia e sua parte relacionada, Dupar Participações S.A., sobre os quais a Companhia detém 129 lojas de sua propriedade submetidas a contratos de aluguel junto à arrendadora, Dupar Participações S.A., cujos pagamentos têm vigência a partir de 1º de outubro de 2011, após o período de carência de três meses previsto em cláusula de contrato de aluguel entre as partes. A projeção acima demonstrada contempla os montantes destes aluguéis.

Os arrendamentos das lojas contemplam terrenos e edificações. O aluguel pago ao arrendador da edificação é ajustado de acordo com os preços de mercado (atualizados pelo IGP-M ou IPC), em intervalos regulares, e a Companhia não participa no valor residual da edificação; foi determinado que, basicamente, todos os riscos e benefícios das edificações são do arrendador. Diante do exposto, a Companhia, em sua melhor avaliação, concluiu que os arrendamentos são operacionais.

Foi reconhecido como despesa no resultado no exercício de 2011 o montante de R\$ 47.935, referente aos arrendamentos operacionais (R\$ 32.429 em 2010).

Nos termos dos contratos de alugueis, o montante de R\$ 6.654 foi reconhecido como despesa de manutenção no exercício de 2011, referente aos arrendamentos operacionais (R\$ 4.721 em 2010).

- *Arrendamentos como arrendador*

A Companhia arrendava suas propriedades para investimento mantidas sob arrendamentos operacionais até 30 de junho de 2011, quando foram vendidas, cujos efeitos estão mencionados na Nota Explicativa 12.

#### **b. Financeiros**

A Companhia possui ativos no montante de R\$ 1.356, composto de veículos e computadores obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de 3 anos, com cláusulas de opção de renovação, opção de compra e de reajustamento após esse período. O saldo de arrendamento financeiro em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 195, registrado no passivo circulante (R\$ 789 no passivo circulante e R\$ 194 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2010).

### **18 Impostos e contribuições a recolher**

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
ICMS	26.399	21.642
IRPJ - Imposto de renda	2.551	6.147
CSLL - Contribuição social	918	2.276
Retenções de PIS e COFINS	69	47
IRRF	1.124	530
ISS	58	20
INSS	5.916	4.479
FGTS	1.894	1.406
Contribuição sindical - Empregados	<u>58</u>	<u>56</u>
	<b><u>38.987</u></b>	<b><u>36.603</u></b>

A Companhia atua em diversos Estados da federação e o ICMS a recolher é decorrente das apurações com base no regime normal e/ou substituição tributária aplicados em cada Estado.

### **19 Programa de recuperação fiscal - REFIS**

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
INSS	590	4.929
PAES	<u>-</u>	<u>144</u>
Total	<b><u>590</u></b>	<b><u>5.073</u></b>

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei nº. 10.684, de 30 de maio de 2003, visando regularizar os passivos existentes de PAES - Débitos não Previdenciários e Débitos Ordinários - Previdenciários. A adesão ao novo parcelamento foi deferida em 12 de dezembro de 2009.

A adesão acarretou um efeito de R\$ 5.709 no resultado da Companhia findo em 31 de dezembro de 2009, reconhecido na conta de outras receitas operacionais, referente à redução de multas e juros, prevista na Lei nº. 11.941/09.

Em decorrência deste reparcimento a Companhia utilizou base negativa de contribuição social no valor de R\$ 6.002, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, para abatimento do saldo devedor remanescente.

Em 29 de junho de 2011, a Receita Federal consolidou a débitos previdenciários dos contribuintes que entraram no Programa REFIS (Programa de Refinanciamento Fiscal), em novembro de 2009. Conforme REFIS, as dívidas fiscais e previdenciárias dos contribuintes poderiam ser consolidadas e pagas em várias prestações.

Após a consolidação, houve cinco parcelas restantes devidas pela Pague Menos, no valor de R\$ 524 cada. A primeira parcela já foi paga em 29 de junho de 2011 e a última, em 28 de outubro de 2011.

Além da dívida acima referida, atualmente quitada, remanesceram outros débitos previdenciários incluídos no REFIS, no montante de R\$ 581 a pagar em 161 parcelas no valor de R\$ 3,6 cada uma, atualizadas mensalmente. A primeira parcela também foi paga em 29 de junho de 2011.

## 20 Provisão para contingências

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: i) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia constituiu provisão para contingências mediante análises das demandas judiciais pendentes em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

### a. Composição da conta

	2011	2010
Administrativas	71	71
Cíveis	507	690
Trabalhistas	3.629	4.321
Tributárias	<u>445</u>	<u>85</u>
	<u>4.652</u>	<u>5.167</u>

O saldo das contingências trabalhistas acima descritos são formados principalmente por causas cujos valores individuais são pulverizados e referem-se substancialmente a recursos de verbas rescisórias, horas extras, diferenças salariais, férias, FGTS e aviso prévio.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia detinha demandas judiciais, classificadas por seus assessores jurídicos com risco de perda possível, no montante de R\$ 6.224 e R\$ 4.658, respectivamente.

### b. Movimentação dos processos no exercício

	Saldo inicial 01/01/10	Adição a provisão	Reversão a provisão	Utilização da provisão	Saldo final 31/12/10
2010					
Administrativas	3	68	-	-	71
Cíveis	297	393	-	-	690
Trabalhistas	1.059	3.262	-	-	4.321
Tributárias	<u>77</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>85</u>
	<u>1.436</u>	<u>3.731</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.167</u>



2011	Saldo inicial 31/12/10	Adição a provisão	Reversão a provisão	Utilização da provisão	Saldo final 31/12/11
Administrativas	71	-	-	-	71
Cíveis	690	535	(718)	-	507
Trabalhistas	4.321	2.757	(3.204)	(245)	3.629
Tributárias	<u>85</u>	<u>360</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>445</u>
	<u>5.167</u>	<u>3.652</u>	<u>(3.922)</u>	<u>(245)</u>	<u>4.652</u>

## 21 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social autorizado, conforme reunião de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 4 de janeiro de 2007, era de 50.000.000 de ações ordinárias nominativas de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

Em 1º de março de 2011, ocorreu o desdobramento da totalidade das ações ordinárias em que se divide o capital social da Companhia à proporção de um terço. Cada ação ordinária da Companhia passou a ser representada por 3 (três) ações após o desdobramento, mediante a distribuição gratuita de 2 (duas) novas ações para cada ação existente, sem aumento do valor do capital social.

Em 21 de junho de 2011, foi aprovada por unanimidade a proposta da Diretoria para aumento de capital social, sem aumento de número de ações, em R\$ 90.000, mediante a incorporação de parte do saldo existente a título de Reservas de lucros - Reserva de incentivos fiscais.

Em 31 de dezembro de 2011 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 150.000.000 de ações ordinárias escriturais sem valor nominal, perfazendo um montante total de R\$ 140.000.

### b. Reservas de lucros

#### • Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Do resultado do exercício de 2010, o montante de R\$ 3.649 foi destinado para a constituição da reserva legal, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 6 de julho de 2011.

Para o exercício de 2011, o montante de R\$ 5.455 foi destinado para a constituição da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de reserva legal é de R\$ 10.633.

#### • Reserva de incentivo fiscal

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia, conforme detalhado em Nota Explicativa 23 - Subvenção governamental.

Do saldo da Reserva de incentivo fiscal do exercício de 2010, o montante de R\$ 90.000 foi destinado para aumento do capital social, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 6 de julho de 2011.

A reserva de incentivo fiscal vem sendo constituída a partir de 2009, visto que, no exercício de 2008, ocorreu um prejuízo. Em 2008, 2009, 2010 e 2011, foram apurados os montantes de R\$ 32.672, R\$ 39.255, R\$ 43.888 e R\$ 54.744. Do saldo acumulado em 2009, foram destinados apenas R\$ 25.993 do saldo remanescente dos Lucros/Prejuízos. No exercício de 2010, foram destinados para a reserva de incentivo fiscal o valor de R\$ 43.888 referente ao exercício corrente e ainda R\$ 20.744 correspondentes ao saldo remanescente dos exercícios anteriores.

E por fim, em 2011, foram destinados R\$ 79.934, sendo que R\$ 54.744 apurados no ano corrente e R\$ 25.190 de saldos remanescentes dos exercícios anteriores. Desta forma, o saldo de reserva de incentivos fiscais foi completamente destinado.

**c. Ajuste de avaliação patrimonial**

A reserva para ajuste de avaliação patrimonial inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição. Os valores registrados em ajuste de avaliação patrimonial são realizados em contrapartida da conta de Lucros acumulados, integral ou parcialmente, quando da depreciação ou alienação dos ativos a que elas se referem.

**d. Remuneração aos acionistas (Dividendos e Juros sobre capital próprio)**

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº. 6.404/76, bem como a possibilidade de crédito aos acionistas na forma de juros sobre capital próprio, com observância dos limites previstos em Lei. O montante dos juros sobre capital próprio será atribuído ao dividendo obrigatório.

Os dividendos referentes aos exercícios de 2011 e 2010 foram pagos em forma de Juros sobre capital próprio conforme previsto em estatuto social da Companhia.

A Companhia efetuou no exercício o cálculo dos juros sobre capital próprio de acordo com os limites estabelecidos pela Lei nº 9.249/95, e o montante creditado, por proposta do Conselho de Administração, para o exercício de 2011, foi de R\$ 8.748 (R\$ 4.726 em 2010).

O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais, porém, para fins societários e contábeis, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado (dividendos) diretamente no patrimônio líquido, não afetando o resultado do exercício, nos termos da Deliberação CVM 207/96.

Conforme proposta da Diretoria, os acionistas deliberaram, por unanimidade, pela não distribuição de dividendos no montante mínimo definido no nosso estatuto social no momento de encerramento das demonstrações financeiras dos exercícios de 2010, 2009 e 2008. O dividendo foi limitado à forma de Juros sobre Capital Próprio pelo fato dos acionistas priorizarem reinvestir os valores na Companhia e possibilitar que a mesma tenha recursos para auxiliar o seu expressivo plano de expansão. Aliado a isto, os acionistas tencionaram buscar a melhora do índice de endividamento e formação de colchão de liquidez para possíveis momentos econômicos adversos.

Não há provisão adicional para complemento da remuneração aos acionistas (dividendos obrigatórios) no exercício corrente de 2011. A distribuição de dividendos através dos juros sobre capital próprio já contempla o mínimo obrigatório, conforme demonstrado a seguir:

	<b>2011</b>
Lucro líquido do exercício	109.091
(-) Reserva legal	(5.455)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(79.934)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	23.702
Dividendos mínimos obrigatórios	25%
<b>Dividendo anual mínimo</b>	<b>5.925</b>
 <b>Juros sobre capital próprio calculado em 2011</b>	 <b>8.748</b>

A parcela do dividendo excedente ao mínimo obrigatório, o qual foi distribuído sob forma de Juros sobre capital próprio, declarada pela Administração após o exercício a que se referem as demonstrações financeiras, não deverá ser registrada como passivo nas respectivas demonstrações financeiras, devendo os efeitos da parcela dos dividendos

complementares ser divulgados em nota explicativa. Portanto, em 31 de dezembro de 2011, o valor de R\$ 15.671 excedente ao Juros sobre capital próprio foi registrado no patrimônio líquido como “Dividendo adicional proposto”.

## 22 Lucro líquido por ação

Conforme Nota Explicativa 21 - Patrimônio líquido, em 1º de março de 2011 ocorreu um desdobramento de ações na proporção de 1 para 3 cada (de 50.000.000 para 150.000.000 de ações). De acordo com os itens 64 e 65 do CPC 41 - Resultados por ação (IAS 33), o cálculo do resultado básico e diluído por ação deve ser ajustado para todos os exercícios apresentados retrospectivamente, mesmo que essas alterações ocorram após a data do balanço, mas antes da autorização para emissão destas demonstrações financeiras. Portanto, o lucro por ação referente ao exercício comparativo foi apresentado em adequação a essa situação.

### *Lucro básico e diluído por ação*

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação neste exercício, comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, conforme o quadro abaixo:

	2011	2010
Lucro atribuível aos acionistas - R\$	109.091	72.984
Quantidade média ponderada de ações durante o exercício (lote de mil)	150.000	150.000
Resultado por ação básico (lote de mil) - R\$	0,73	0,49

## 23 Subvenção governamental

A Companhia possui Regime Especial de Tributação (RTT) que dispõe acerca do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações (ICMS).

A Companhia possui um regime especial de tributação de ICMS, concedido pelo Estado do Ceará, que implica na redução do ICMS devido, ao próprio Estado do Ceará, por substituição tributária nas operações dentro do Estado. O referido regime tem como objetivo substituir o ressarcimento que é garantido por lei para as mercadorias vendidas em outros Estados e garante que recolhamos o complemento de ICMS por uma carga líquida correspondente a 3,27%, 6% ou 8,5%, dependendo da alíquota dentro do Estado do Ceará aplicável à mercadoria (se 7%, 12% ou 17%, respectivamente).

Tais percentuais substituem os percentuais de carga líquida, normalmente aplicáveis, previstos nos artigos 546 a 548-H do Decreto Cearense nº. 24.569, de 31 de julho de 1997 (Regulamento do ICMS do Estado do Ceará), que são os seguintes: (i) de 2,7%, 4,7% ou 6,8%, dependendo da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 7%; (ii) de 4,6%, 8,1% ou 11,6%, dependendo da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 12%; e (iii) de 6,5%, 11,5% ou 16,5%, também a depender da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 17%.

A Companhia tem cumprido as exigências básicas voltadas ao Termo de Acordo de Regime Especial de Tributação, que basicamente são aumento do volume de arrecadação do ICMS, incremento da geração de emprego e a observância quanto às vedações ao ressarcimento previsto no referido Termo de Acordo. Esses itens dependem basicamente da atuação da Companhia, e temos atingido estas exigências anualmente. Esse Regime Especial de Tributação tratado como subvenção governamental é reconhecido no resultado como redutor do custo das mercadorias vendidas.

Esta subvenção vem sendo concedida ao longo dos últimos 7 anos e sua última prorrogação foi em 16 de março de 2012, com vigência até 31 de maio de 2013.

A Companhia apurou o montante de R\$ 54.744 de subvenções governamentais no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 43.888 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010).

A Companhia não foi beneficiada por outras subvenções governamentais no exercício comparativo a 2011.

## 24 Receita operacional líquida

A receita da Companhia engloba o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e, como atividade secundária, o recebimento de contas como correspondente bancário. Abaixo, apresentamos a formação da Receita operacional líquida:

	2011	2010
<b>Receita operacional bruta</b>	<u>2.874.898</u>	<u>2.235.222</u>
Venda de mercadoria	2.861.708	2.224.676
Serviços prestados	13.190	10.546
<b>Deduções</b>	<u>(91.769)</u>	<u>(67.644)</u>
Impostos sobre vendas	(69.384)	(48.768)
Devoluções e abatimentos	<u>(22.385)</u>	<u>(18.876)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<u>2.783.129</u>	<u>2.167.578</u>

A receita apresentada na Demonstração de Valor Adicionado – DVA na sessão de valores produzidos/gerados pela Companhia desconsidera os impostos sobre vendas, os quais são demonstrados na sessão de distribuição do valor adicionado.

**25 Despesas com vendas, administrativas e gerais**

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Despesas com vendas</b>		
Veiculação, publicidade e produção	(22.392)	(20.079)
Patrocínio, shows e pesquisas	(2.339)	(1.661)
Taxas de administração de operadoras de cartões de crédito	<u>(27.645)</u>	<u>(26.490)</u>
Subtotal	<u>(52.376)</u>	<u>(48.230)</u>
<b>Despesas administrativas e gerais</b>		
Despesas com pessoal	(303.535)	(225.260)
Despesas com ocupação	(82.712)	(54.023)
Despesas com utilidades e serviços	(26.796)	(20.405)
Impostos, taxas e contribuições	(5.718)	(3.833)
Despesas gerais	<u>(39.320)</u>	<u>(37.984)</u>
Subtotal	<u>(458.081)</u>	<u>(341.505)</u>
Total	<u>(510.457)</u>	<u>(389.735)</u>

Até 31 de dezembro de 2011, em conformidade com o CPC 8 (R1) (IAS 39) - Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários, a Companhia capitalizou os gastos no total de R\$ 2.132, relacionados à oferta pública de ações, compondo o maior valor do saldo da conta de pagamentos antecipados no ativo circulante, que também é formado por outros pagamentos antecipados. Pelo contexto da Companhia, que se encontra em processo de abertura de capital, este saldo não possui comparabilidade com o exercício anterior.

## 26 Receitas financeiras e despesas financeiras reconhecidas na demonstração de resultados

	2011	2010
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas de aplicações financeiras	422	488
Receitas com operações de <i>swap</i>	6.095	-
Variação cambial	-	523
Juros sobre capital próprio	11	279
Variação monetária	678	4.197
Outros juros	<u>96</u>	<u>46</u>
Total de receita financeira	<u>7.302</u>	<u>5.533</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros de financiamentos e empréstimos	(29.553)	(23.753)
Despesas com operações de <i>swap</i>	(8.294)	(1.166)
Juros de fornecedores	-	(1)
Juros de arrendamentos mercantis	(118)	(34)
Juros de parcelamentos de impostos	(501)	(803)
Outros juros	(1.470)	(748)
Comissões e despesas bancárias	(530)	(519)
IOF	(3.448)	(1.089)
Ajustes a valores presentes	(38.709)	(26.141)
Variação cambial	(1.708)	-
Descontos concedidos	<u>(175)</u>	<u>(66)</u>
Total de despesa financeira	<u>(84.506)</u>	<u>(54.320)</u>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<u>(77.204)</u>	<u>(48.787)</u>

## 27 Instrumentos financeiros e Gerenciamento de Risco

A Companhia possui instrumentos financeiros, sendo eles: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e financiamentos e empréstimos. Também fazem parte da carteira de instrumentos financeiros as operações com derivativos.

### *Gerenciamento dos riscos financeiros*

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional.

### *Estrutura de gerenciamento de risco*

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Companhia de estrutura de gerenciamento de risco.

O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de treinamento e procedimentos de gestão, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros estabelecidos em seus contratos de financiamento (cláusulas restritivas).

### *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente de falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

### *Exposição a riscos de crédito*

A Administração entende que a Pague Menos possui risco baixo de crédito, pois sua carteira de clientes é composta de consumidores finais e não possui nenhum cliente que exceda o limite de 10% de suas receitas e as suas vendas são efetuadas à vista, portanto, sem risco, bem como sua política de investimento em outras Sociedades representa uma parcela insignificante.

Considerando o eventual risco decorrente do repasse das administradoras dos cartões de crédito, este é controlado diariamente através de um processo rigoroso de conferências entre o faturamento e o recebimento. A rede de farmácias Pague Menos atualmente trabalha com administradoras de cartões de primeira linha, logo, entende que o seu risco é baixo, além de que estas assumem total responsabilidade pelo repasse dos créditos.

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em títulos líquidos e apenas em instituições financeiras de grande porte e de primeira linha. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em títulos com classificações altas de crédito, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações, portanto, considera o risco de crédito insignificante.

- **Contas a receber de clientes**

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2011	2010
Contas a receber de clientes	<u>151.420</u>	<u>120.685</u>
	<u>151.420</u>	<u>120.685</u>

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis em 31 de dezembro de 2011 por tipo de contraparte foi:

	2011	2010
Cartões de crédito	139.732	113.960
Convênios	8.697	4.412
Comissões	3.095	2.313
Perdas por redução no valor recuperável	<u>(104)</u>	<u>-</u>
	<u>151.420</u>	<u>120.685</u>

Perdas por redução no valor recuperável

	2011	2010
<b>A vencer</b>		
1 a 30 dias	79.609	73.645
31 a 60 dias	30.827	27.694
61 a 90 dias	20.339	6.748
Acima de 90 dias	<u>8.957</u>	<u>5.873</u>
Total	<u>139.732</u>	<u>113.960</u>

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não existem saldos vencidos decorrentes de contas a receber de clientes. Além do fato pontual explicado na Nota Explicativa 7, a Companhia entende que não há necessidade de constituição de perda por redução ao valor recuperável adicional.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

A Companhia detinha alguns equivalentes de caixa de R\$ 19.309 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 8.720 em 31 de dezembro de 2010), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos junto a instituições financeiras, os quais possuem *ratings* abaixo listados:

**Instituição financeira**

**Ratings**

Banco do Nordeste do Brasil S.A.  
Itaú Unibanco Holding S.A.  
Banco Bradesco S.A.

– FITCH: LT FC Issuer Default BBB  
– FITCH: LT FC Issuer Default BBB+  
– FITCH: LT FC Issuer Default BBB+



Banco Santander Brasil S.A.  
Banco do Brasil S.A.  
Banco Safra S.A.

– FITCH: LT FC Issuer Default BBB+  
– FITCH: LT FC Issuer Default BBB  
– FITCH: LT FC Issuer Default BBB-

### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Pague Menos na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza o custeio baseado em atividades para precificar suas mercadorias e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Pague Menos faz um acompanhamento minucioso do nosso fluxo de caixa através de testes de estresses diários, o que permite não só o cumprimento das obrigações financeiras, bem como a realização de operações de curto prazo no mercado financeiro, rentabilizando assim nossas sobras de caixa.

As maturidades contratuais dos principais instrumentos financeiros, incluindo eventuais juros reconhecidos até a data-base das demonstrações financeiras, estão demonstradas a seguir:

<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>1 ano ou menos</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Entre 2 e 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>
Caixa e equivalentes de caixa	19.309	19.309	-	-	-
Contas a receber de clientes	151.420	151.420	-	-	-
Fornecedores sem efeito do AVP (Nota 15)	431.653	431.653	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (Nota 16)	283.179	155.612	80.958	46.183	426

<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>1 ano ou menos</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Entre 2 e 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>
Caixa e equivalentes de caixa	8.720	8.720	-	-	-
Contas a receber de clientes	120.685	120.685	-	-	-
Fornecedores sem efeito do AVP (Nota 15)	329.038	329.038	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (Nota 16)	206.475	121.591	66.296	18.408	180

### **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e aumento nos preços das mercadorias, tenham impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração entende que, no contexto da Pague Menos, o risco de mercado que se aplica refere-se ao risco relacionado à taxa de juros e de câmbio, já que o risco relacionado ao aumento dos preços das mercadorias junto aos fornecedores e laboratórios está mitigado, pois a situação é controlada pela Câmara de regulação do mercado de medicamentos - CMED, ou seja, o aumento de preços ocorre apenas anualmente.

A Companhia adota uma política de balancear suas transações atreladas a taxas de juros fixas e variáveis nos seus contratos de empréstimos, para que não haja uma exposição significativa. Os empréstimos e financiamentos atrelados a taxas de juros variáveis e aos *swaps* são monitorados através de análises de sensibilidades.

- **Risco cambial**

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano (USD), que encerrou o exercício em 31 de dezembro de 2011 com a variação positiva de 12,58% em relação à última cotação do exercício de 2010.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração contrata instrumentos financeiros derivativos, suscetíveis também à variação cambial. A Administração contrata instrumentos financeiros para eliminar sua exposição aos riscos de câmbio, que estão demonstrados a seguir:

<b>Moeda dólar</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Ativos em moeda estrangeira (a)	-	-
Passivos em moeda estrangeira (b)	<u>(16.532)</u>	<u>(14.379)</u>
Déficit apurado (a-b)	<u>(16.532)</u>	<u>(14.379)</u>

Para fins de atendimento à Deliberação CVM nº. 475, de 17 de outubro de 2008, dada a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados a partir da posição de 31 de dezembro de 2011, que utiliza o dólar PTAX médio de R\$ 1,8758. São eles: (i) cenário provável e que é adotado pela Companhia: cotação do dólar futuro de R\$ 1,9600, em 31 de dezembro de 2011; (ii) cenário possível: conforme determina a deliberação da CVM, o cenário é construído considerando um aumento de 25% na cotação do dólar, passando para R\$ 2,45; e (iii) cenário remoto: ainda de acordo com a norma da CVM, neste cenário a cotação do dólar é elevada em 50% da utilizada no cenário provável, passando a R\$ 2,94.

#### *Análise de sensibilidade*

Em 31 de dezembro de 2011:

Abaixo demonstramos a variação do *déficit* no valor de US\$ 16.532 mil, em 31 de dezembro de 2011, conforme os cenários demonstrados acima.

<b>Transação</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário possível</b>	<b>Cenário remoto</b>
		Câmbio de 1.96	Câmbio de 2.45	Câmbio de 2.94
Despesa financeira	US\$ 16,532 mil Alta do US\$	-	(8,101)	(16,202)

- **Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de dezembro de 2011 (saldo contábil tendo por base o CDI de 11,64% a.a.) e o cenário provável considerado pela Administração, que corresponde à projeção do CDI e TJLP para 31 de dezembro de 2011, de acordo com a curva de juros da BM&F (10,04% a.a. para o CDI) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

#### *Análise de sensibilidade*

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
<b>CDI</b>					
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	216.961	(3.452)	(1.963)	(7.378)
Financiamentos e empréstimos (com <i>swap</i> )	Alta do CDI	44.723	(716)	(407)	(1.530)

Pelas análises efetuadas, a Companhia apuraria uma despesa nos cenários Provável, I e II.

A Companhia não sensibiliza a exposição da dívida em TJLP por considerar que as análises de sensibilidades não são representativas. O saldo da dívida exposto em TJLP é de R\$ 1.238 em 31 de dezembro de 2011. A administração não utiliza este saldo para administrar os riscos financeiros da Companhia.

#### ***Risco operacional***

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Pague Menos é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- *Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;*
- *Exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações;*
- *Cumprimento com exigências regulatórias e legais;*
- *Documentação de controles e procedimentos;*
- *Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;*
- *Treinamento e desenvolvimento profissional; e*
- *Padrões éticos e comerciais.*

O cumprimento das normas da Companhia é apoiado por um programa de análises periódicas de responsabilidade do Departamento de Qualidade.

#### ***Gestão de capital***

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno sobre o capital, que foi definido como os resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus acionistas. A Administração não possui planos relacionados à remuneração de seus empregados por meio de pagamento baseado em ações ou opções.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos

e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o exercício. A Companhia não está sujeita às exigências externas de capital.

### ***Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros***

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 estão identificados a seguir:

Descrição	2011		2010	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Empréstimos e recebíveis</b>				
Caixa e equivalente de caixa	19.309	19.309	8.720	8.720
Arrecadação de recursos de terceiros	9.602	9.602	11.763	11.763
Contas a receber de clientes	151.566	151.566	120.685	120.685
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>				
Fornecedores	(365.146)	(365.146)	(291.832)	(291.832)
Financiamentos e empréstimos	(283.179)	(284.770)	(206.475)	(203.923)
<b>Valor justo por meio do resultado</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	(2.790)	(2.790)	(1.166)	(1.166)

### ***Crítérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos (fair value)***

#### ***Caixa e equivalentes de caixa***

São classificados como ativos financeiros com alta liquidez e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados pelo custo amortizado que são obtidos com base nas cotações divulgadas pelos administradores. O valor justo reflete o valor registrado no balanço patrimonial.

#### ***Arrecadação de recursos de terceiros***

Correspondem aos valores recebidos na atividade de correspondente bancário, em que a Companhia recebe o valor das contas pagas por consumidores, em nossa rede de farmácias, que precisam ser repassadas para o titular do direito, em média, em 3 dias. Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curtíssimo prazo das operações realizadas.

#### ***Contas a receber de clientes***

Decorrem diretamente das operações da Companhia e estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a perda por redução ao valor recuperável e ajuste a valor presente, quando aplicável. Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas.

#### ***Fornecedores***

Decorrem diretamente das operações da Companhia, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial, bem como ajustados a valor presente. A Administração entende que o valor contábil não diverge substancialmente do valor justo.

#### ***Financiamentos e empréstimos***

Os valores dos financiamentos atrelados à TJLP e ao CDI aproximam-se dos valores de exigibilidade registrados nas demonstrações financeiras em virtude dessas taxas serem pós-fixadas, mesmo considerando os casos onde há uma taxa fixa adicional.

No caso dos financiamentos prefixados, o valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média de mercado dos juros, correspondente aos demais empréstimos, apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

### ***Hierarquia do valor justo***

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Descrição	2011		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Instrumentos financeiros derivativos	-	(2.790)	-

O valor justo dos instrumentos financeiros foi obtido por meio de projeções dos fluxos de caixa futuros, descontados a valor presente, por moedas e índices de mercado cotados em bolsas de valores.

Os ganhos ou perdas totais dos instrumentos financeiros derivativos classificados no nível 2, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram reconhecidos no resultado do exercício e estão apresentados na demonstração de resultado, nas contas de receitas e despesas com operações de *swap*, para passivos mantidos na data das demonstrações financeiras (vide Nota Explicativa 26). A análise de sensibilidade desses instrumentos está apresentada a seguir nesta Nota Explicativa.

### ***Instrumentos financeiros derivativos***

As operações com *swap* estão impactando o grupo de Financiamentos e empréstimos (vide Nota Explicativa 19) com seus efeitos registrados nas receitas e despesas financeiras (vide Nota Explicativa 26).

#### ***Swap 1***

Tem por objetivo proteger suas obrigações indexadas ao dólar americano contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Companhia realizou *swap* de suas obrigações indexadas ao dólar, no qual recebe juros de 3,76% a.a. sobre o valor nominal em dólar (ponta ativa) e paga 2,52% de taxa mais o Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). O valor de referência deste *swap* em 31 de dezembro de 2011 é de US\$ 2.500 (em 31 de dezembro de 2010, é de US\$ 7.500). Os ganhos e perdas deste contrato estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar) e do CDI e são registrados no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado foi de R\$ 1.257.

#### ***Operações em aberto Swap 1***

Em 31 de dezembro de 2011, a posição desses contratos é a seguinte:

Data de vencimento	Contrapartes	Valor de referência	Valor de referência	Valorização 2011 R\$		Valor justo
		US\$ 31/12/11	R\$ 31/12/11	Posição ativa	Posição passiva	
23/05/2012	Citibank	2.500	4.324	4.700	4.409	291

### Swap 2

Tem por objetivo proteger suas obrigações indexadas ao dólar americano contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Companhia realizou *swap* de suas obrigações indexadas ao dólar, no qual recebe juros variáveis de 1,52% a 3,21% a.a. sobre o valor nominal em dólar (ponta ativa) e paga 1,92% a 1,95% a.a. de taxa mais o Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). Não há saldo de referência deste *swap*, em 31 de dezembro de 2011 (em 31 de dezembro de 2010 é de US\$ 5.923). Os ganhos e perdas deste contrato estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar) e do CDI, e são registrados nas respectivas receitas ou despesas financeiras. O efeito no resultado do exercício foi de R\$ 16.

### Swap 3

Têm por objetivo proteger seu endividamento contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Companhia realizou *swaps* de suas obrigações indexadas com juros fixos de 13,39% e 13,78% a.a. sobre o valor nominal em reais (ponta ativa) para juros de 2,4% a.a. mais a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o mesmo valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). O valor de referência destes *swaps*, em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 3.248 e R\$ 7.105 (em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 8.815 e R\$ 15.000), respectivamente. Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de taxa fixa e do CDI, e são registrados no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado foi de R\$ 27.

### Operações em aberto Swap 3

Em 31 de dezembro de 2011, a posição desses contratos é a seguinte:

Data de vencimento	Contrapartes	Valor de referência	Valorização 2011 R\$		Valor justo
		R\$ 31/12/2011	Posição ativa	Posição passiva	
17/07/2012	Santander	3.248	3.261	3.263	(2)
10/09/2012	Santander	7.105	7.158	7.159	(1)
Total					(3)

### Swap 4

Têm por objetivo proteger suas obrigações indexadas ao dólar americano contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Companhia realizou *swaps* de suas obrigações indexadas ao dólar, nos quais recebe juros variáveis de 3,11% a.a. sobre o valor nominal em dólar (ponta ativa) e paga 1,95% a.a. de taxa mais o Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). Os valores de referência destes *swaps*, em 31 de dezembro de 2011 são de US\$ 5.005 e US\$ 9.980, respectivamente. Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar) e do CDI, e são registrados no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado foi de R\$ 4.315.

### Operações em aberto Swap 4

Em 31 de dezembro de 2011, a posição desses contratos é a seguinte:

Data de vencimento	Contrapartes	Valor de referência em 31/12/2011		Valorização em 31/12/2011		Valor justo
		Em US\$	Em R\$	Posição ativa Em R\$	Posição passiva Em R\$	
24/03/2014	Itaú BBA S.A	5.005	8.333	9.398	8.359	1.039
07/02/2014	Itaú BBA S.A	9.980	16.667	19.034	17.571	<u>1.463</u>
Total						2.502

## 28 Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame das demonstrações financeiras. Consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 18.806 e R\$ 114.100, respectivamente, para danos materiais. Em 31 de dezembro de 2011, as apólices eram formadas pelas coberturas dos imóveis da Companhia e, no exercício de 2011, apenas por coberturas de danos materiais nos veículos e na aeronave da Companhia (ver explicação das vendas dos imóveis nas Notas Explicativas 12 e 13).

## 29 Eventos subsequentes

### • Contratação de Financiamentos e Empréstimos

Em 20 de janeiro de 2012, a Companhia contratou empréstimo com o Banco Itaú BBA S.A. no montante de R\$ 20.000, equivalente a US\$ 11.331.445. Este empréstimo possui vencimento em 20 de janeiro de 2015, a ser pago em 6 parcelas semestrais e vinculado a uma operação de *swap* de mesmo montante, tendo como garantia a fiança do acionista Deusmar Queirós.

Em 31 de janeiro de 2012, a Companhia contratou um empréstimo com o Banco do Brasil S.A. no montante de R\$ 30.000 com vencimento em 15 de dezembro de 2014, a ser pago em 30 parcelas mensais, tendo como garantias Cessão de Direitos Creditórios – Faturas VISANET e fianças dos acionistas (Deusmar Queirós, Josué Ubiranilson e respectivos cônjuges).

A contratação destes dois empréstimos faz parte da gestão do fluxo de caixa da Companhia para suportar o seu plano de expansão no exercício de 2012.

### • Construção do novo Centro de Distribuição

A Companhia, após realizar estudos e análises detalhadas sobre recursos, condições, potencialidades técnicas, econômicas e regionais geográficas, condições logísticas, aspectos mercadológicos e humanos, firmou junto ao governo de Goiás um protocolo de intenções para a implantação de um Centro de Distribuição e Logística na BR-153, KM 518, na cidade de Hidrolândia, distante 37,5 km de Goiânia.

Em reunião do CONDEL/FCO - Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste em 8 de fevereiro, a Companhia teve a carta-consulta aprovada para pleito de financiamento junto ao FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste) no valor de R\$ 37.450. Os demais R\$ 16.100 virão de recursos próprios, totalizando um investimento total de R\$ 53.550.

**Francisco Deusmar de Queirós**  
Presidente

**Josué Ubirnilson Alves**  
Diretor Vice-presidente

**Armando Lima Caminha Filho**  
Diretor financeiro

**Carlos Henrique Alves de Queirós**  
Diretor de expansão e novos negócios

**Mario Henrique Alves de Queirós**  
Diretor de Planejamento e Relações com investidores

**Patriciana Maria de Queirós Rodrigues**  
Diretora comercial

**Edson de Arruda Câmara Júnior**  
Diretor de operações

**Pedro Ronaldo de Carvalho Praxedes**  
Diretor de sistemas e logística

**Marcos Ezequias Cavalcante Costa**  
Contador CRC CE 8408